



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GAB. DES. LUIZ CARLOS DE BARROS FIGUEIRÊDO

186

14

Terceira Câmara de Direito Público

Agravo de Instrumento e Agravo Regimental em Agravo de Instrumento nº 0322799-2 - Recife (8ª Vara da Fazenda Pública)

Agravante: Josué Raimundo da Silva

Advogado: Julianne da Silva Bezerra PB015592

Agravada: Fundação de Aposentadorias e Pensões dos servidores do Estado de Pernambuco - FUNAPE

Procurador: Thiago Arraes de Alencar Norões

Relator: Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo

EMENTA: DIREITO CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. INCORPORAÇÃO DA GRATIFICAÇÃO DE POLICIAMENTO OSTENSIVO AOS PROVENTOS DOS INATIVOS E PENSIONISTAS. LITISPENDÊNCIA. NÃO OCORRÊNCIA. GRATIFICAÇÃO DE CARÁTER GERAL. ART. 40, § 7º E 8º, DA CF/88. AUTOAPLICABILIDADE. AUSÊNCIA DE AFRONTA À CLAUSULA DE RESERVA DE PLENÁRIO. AGRAVO DE INSTRUMENTO A QUE SE DÁ PROVIMENTO. REGIMENTAL PREJUDICADO.

1. Não ocorre litispendência entre a presente ação ordinária e a ação de nº 0059272-54.2012.2.17.0001, na 7ª Vara da Fazenda Pública da Comarca do Recife, a qual foi extinta sem exame de mérito, com arrimo no art. 267, inciso II, do CPC, em face do pedido de desistência da causa realizado pelo ora agravante, conforme sentença prolatada pelo juízo de 1º grau, encontrando-se, atualmente, arquivado definitivamente.

2. O cerne da lide versa sobre integralização de proventos de inatividade, mais precisamente no que concerne à gratificação de risco de policiamento ostensivo. A questão é de fácil deslinde, porquanto restrita à polêmica acerca da natureza da gratificação



187

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GAB. DES. LUIZ CARLOS DE BARROS FIGUEIRÊDO

14

perseguida, se *propter laborem* ou não. Cumpre notar que já é entendimento uníssono dos tribunais que, quando a gratificação for genérica, será extensível aos inativos e a contrário *sensu*, em se tratando de gratificação *propter laborem*, apenas terão direito ao benefício aqueles que exerceram a referida atividade.

3. *In casu*, a pretensão do ora agravante é de que haja a equiparação entre os seus proventos de inatividade e os vencimentos dos policiais militares da ativa, com fundamento no art. 40, parágrafo 7º e 8º da Constituição Federal.

4. Segundo a jurisprudência consolidada deste Egrégio TJPE, não obstante a vedação expressa no art. 14 da Lei Complementar 59/04, quanto à incorporação de tal gratificação aos proventos ou pensões dos referidos militares, ela, indubitavelmente, detém verdadeiro caráter geral, haja vista consubstanciar, na prática, e de acordo com a interpretação do seu conteúdo na norma de regência, uma vantagem inerente a todo o efetivo da PMPE em decorrência do exercício de atividade fim da Corporação.

5. De fato, a gratificação em apreço é paga em decorrência do exercício de atribuições próprias do cargo, mediante prestação de serviço em condições normais, não estando sob a dependência de aspectos individuais ou circunstâncias peculiares às atribuições funcionais dos servidores que a percebem na ativa, o que deflui da literalidade dos artigos da própria LC nº 59/04 que explicitam a estrutura da Polícia Militar do Estado de Pernambuco.

6. E não há que se falar em afronta à cláusula de reserva de plenário, porquanto a garantia da gratificação em apreço decorre por si só do reconhecimento do seu caráter geral, em virtude da auto-aplicabilidade da regra constitucional, independentemente de qualquer



188


PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GAB. DES. LUIZ CARLOS DE BARROS FIGUEIRÊDO

14

discussão a respeito da constitucionalidade da lei que rege a matéria.

7. A conclusão no sentido de que as atividades de "Policiamento Ostensivo" são de caráter geral para os que integram a Polícia Militar do Estado de Pernambuco igualmente se extrai da literalidade dos artigos 4º, 5º e 6º da LC nº 59/04, que conceituam, respectivamente, os grupos de "Apoio Operacional", relativo às ações de suporte aos serviços dos grupos de "Policiamento Ostensivo" (da Polícia Militar) e "Defesa Civil" (do Corpo de Bombeiros Militar); "Apoio Administrativo", vinculado à gestão administrativa da PM e CBPM e, por fim, "Apoio Assistencial e de Saúde", respeitante aos serviços médicos, odontológicos, farmacêuticos, paramédicos, veterinários e os respectivos serviços auxiliares, estas sim qualificáveis como atividades-meio e pertinentes a grupos específicos.

8. No que concerne à suposta afronta à cláusula de reserva de plenário, é certo que, malgrado o Supremo Tribunal Federal, nos autos do Recurso Extraordinário nº 678627, tenha anulado acórdão da 8ª Câmara Cível (atual 2ª Câmara de Direito Público) deste Tribunal, exarado nos autos da Apelação Civil nº 229.802-0, da Relatoria do Des. Francisco Bandeira de Mello, por entender que ele foi proferido em afronta à Súmula Vinculante nº 10 do STF, dando ensejo à arguição de inconstitucionalidade perante a Corte Especial deste TJPE, mantenho firme meu entendimento no sentido de rechaçar a alegação de quebra da citada cláusula, porquanto a garantia da gratificação em apreço decorre por si só do reconhecimento do seu caráter geral, em virtude da auto-aplicabilidade da regra constitucional, independentemente de qualquer discussão a respeito da constitucionalidade da lei que rege a matéria.





189

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GAB. DES. LUIZ CARLOS DE BARROS FIGUEIRÊDO

14

9. O próprio Supremo Tribunal Federal não é unânime em reconhecer a existência de afronta à cláusula de reserva de plenário, porquanto, ao julgar agravos regimentais em recursos extraordinários sobre a matéria em tela, firmou entendimento em sentido diametralmente oposto. (ARE 686995 AgR; ARE 676661 AgR)

10. À unanimidade de votos, deu-se provimento ao Agravo de Instrumento e prejudicou-se o julgamento do Agravo Regimental.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos do Agravo de Instrumento e Agravo Regimental no Agravo de Instrumento nº 322799-2, em que figuram, como Agravante, Josué Raimundo da Silva e, como agravado, a Fundação de Aposentadorias e Pensões dos Servidores do Estado de Pernambuco - FUNAPE, Acordam os Excelentíssimos Senhores Desembargadores integrantes da Terceira Câmara de Direito Público do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, à unanimidade de votos, em dar provimento ao presente agravo de instrumento, prejudicando-se o julgamento do Agravo Regimental, tudo de conformidade com os votos em anexo, os quais, devidamente revistos e rubricados, passam a integrar este julgado.

Recife, 29 de maio de 2014.

Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo
Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GAB. DES. LUIZ CARLOS DE BARROS FIGUEIRÊDO

14

Terceira Câmara de Direito Público

Agravo de Instrumento e Agravo Regimental em Agravo de Instrumento nº
0322799-2 - Recife (8ª Vara da Fazenda Pública)

Agravante: Josué Raimundo da Silva

Advogado: Julianne da Silva Bezerra PB015592

Agravada: Fundação de Aposentadorias e Pensões dos servidores do Estado de
Pernambuco - FUNAPE

Procurador: Thiago Arraes de Alencar Norões - Procurador Geral

Relator: Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo

RELATÓRIO

Trata-se de recurso de agravo instrumental interposto por Josué Raimundo da Silva, em face da decisão interlocutória de fls.75, prolatada pelo Juízo da 8ª Vara da Fazenda Pública da Comarca de Recife diante da Ação Ordinária de Prestação de Fato c/c Cobrança com Preceito Cominatório e Pedido de Antecipação de Tutela, autos de nº 0097198-35.2013.8.17.0001, proposta pelo agravante, contra a ora agravada, Fundação de Aposentadorias e Pensões dos Servidores do Estado de Pernambuco - FUNAPE.

O agravante, beneficiário da justiça gratuita, relata, em sua peça recursal, o indeferimento, através de decisão interlocutória, de pedido de antecipação de tutela no qual lhe foi negada a percepção da Gratificação de Risco de Policiamento Ostensivo pela FUNAPE, sob a alegação da ausência de verossimilhança das alegações e a não demonstração de efetiva ameaça de dano irreparável, além da falta de fundamentação legal para conceder a gratificação, visto que a mesma foi criada para a concessão exclusiva aos militares em serviço ativo na Polícia Militar, não assumindo, portanto, caráter geral.

Aduz que é policial militar aposentado do Estado de Pernambuco e que nunca recebera a denominada Gratificação de Risco de Policiamento Ostensivo, instituída pela Lei Complementar 59/2004, daí porque ajuizou a ação originária objetivando a percepção dos seus proventos na integralidade, os quais faz jus por entender que tal vantagem remuneratória possui caráter geral, sendo, pois, extensível aos inativos e pensionistas.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GAB. DES. LUIZ CARLOS DE BARROS FIGUEIRÊDO

180
14

Assevera a parte agravante que não há razão em realizar a discriminação entre os militares da ativa e os inativos e pensionistas, aplicando-a ao agravante, quando a Constituição Federal, em seu art. 40, §7º e §8º, proíbe esta atitude, visando garantir aos aposentados e pensionistas o direito de receber seu benefício, como se estivessem na ativa ou vivos fossem. Trata-se de gratificação de caráter geral e, por integrar os vencimentos do militar, apresenta a natureza de alimentos.

Acrescenta ainda, ser pessoa idosa e frágil, que vem sofrendo significativa redução em seu benefício, por não ter efetivamente recebido a mencionada gratificação desde a época a qual passou para a inatividade, momento em que mais necessitava de cuidados especiais e, portanto, adquirindo mais gastos financeiros, provocando uma acumulação de diferenças no numerário recebido pelo aposentado. Dessa forma, ao contrário do que ponderou o juízo *a quo*, os contracheques anexados à petição inicial, ilustrando a falta de pagamento da gratificação ao agravante, constituem prova inequívoca e demonstram a verossimilhança de suas alegações.

Pugna pela antecipação dos efeitos da tutela recursal, para que se determine à agravada que lhe pague o valor correspondente à gratificação de risco por policiamento ostensivo correspondente ao posto/graduação no qual se aposentou, em sua integralidade e, no mérito, pelo provimento do recurso, com a reforma da decisão vergastada.

Em decisão interlocutória de fls. 84/90, esta Relatoria deferiu a antecipação da tutela recursal pleiteada.

Em despacho exarado à fl. 166, esta Relatoria reconheceu a necessidade de dar continuidade à instrução do Agravo de Instrumento, prejudicado o processamento do Agravo Regimental (fls. 124/147) interposto pela Fundação de Aposentadorias e Pensões dos Servidores do Estado de Pernambuco - FUNAPE, em prestígio aos princípios da celeridade e economia processuais.

Instado a apresentar suas contrarrazões, o agravado fê-lo às fls. 96/109, aduzindo, preliminarmente, a existência de litispendência, onde o agravante,



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GAB. DES. LUIZ CARLOS DE BARROS FIGUEIRÊDO

14

postulando o mesmo benefício, figura no pólo ativo de outra demanda, a Ação Ordinária de autos de nº 0059272-54.2012.2.17.0001, na 7ª Vara da Fazenda Pública da Comarca do Recife. No mérito, alega, em síntese:

1) Que o imediato reajuste dos proventos de inatividade do agravante importa na implantação de valores, configurando, pois, verdadeira e indisfarçável concessão de aumento, evidenciando-se, ademais, o perigo de irreversibilidade da medida, dado o caráter alimentar de que se reveste a vantagem remuneratória guerreada;

2) Que a hipótese fática em apreço insere-se dentre as vedações à execução provisória disciplinadas pelos artigos 1º da Lei nº 9.494/97, 5º e 7º da Lei nº 4.348/64, 1º da Lei nº 5.021/66 e 1º da Lei nº 8.437/92;

3) Que, se a legislação expressamente proíbe a incorporação da gratificação em tela aos proventos ou pensões dos militares, o julgador, ao desconsiderar o artigo 14 da LC nº 59/04, mesmo sem expressamente declarar, finda por julgar inconstitucional o referido dispositivo, em afronta à cláusula de reserva de plenário;

4) Que a gratificação de risco de policiamento ostensivo se trata de verba de natureza condicional, variável, precária e provisória, concedida tão somente ao pessoal do Corpo de Bombeiros e da Polícia Militar que estão desempenhando as atividades especiais e de risco, estatuídas na Lei Complementar Estadual nº 59/04;

5) Que a gratificação guerreada só é paga aos policiais enquanto estão no desempenho das tarefas previstas no "Programa Jornada Extra de Segurança", não havendo incorporação dos seus valores para fins de aposentadoria ou pensão, consoante expressa disposição do artigo 14 da LC 59/04;

6) Que a gratificação perseguida pelo agravante não possui caráter de aumento geral, porquanto, por definição legal, ostenta natureza *propter laborem*, o que inviabiliza sua concessão com suposto fundamento no artigo 40, §§ 7º e 8º da CF/88, com a redação anterior à EC nº 41/2003;



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GAB. DES. LUIZ CARLOS DE BARROS FIGUEIRÊDO

14

7) Que o STF, no que é seguido pelos demais tribunais pátrios, não confere extensão irrestrita à paridade entre vencimentos da atividade e valores recebidos por aposentados ou pensionistas;

O Representante do Ministério Público atuante nesta instância recursal - 12º Procurador de Justiça Geraldo dos Anjos Netto de Mendonça Junior -, por não vislumbrar a existência de interesse público primário, deixou de emitir pronunciamento sobre o recurso em epígrafe.

É o que de importante se tem a relatar. À Pauta.

Recife, 17 de maio de 2014.

Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo
Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GAB. DES. LUIZ CARLOS DE BARROS FIGUEIRÊDO

190

14

Terceira Câmara de Direito Público

Agravo de Instrumento e Agravo Regimental em Agravo de Instrumento nº
0322799-2 - Recife (8ª Vara da Fazenda Pública)

Agravante: Josué Raimundo da Silva

Advogado: Julianne da Silva Bezerra PB015592

Agravada: Fundação de Aposentadorias e Pensões dos servidores do Estado de
Pernambuco - FUNAPE

Procurador: Thiago Arraes de Alencar Norões

Relator: Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo

VOTO:

Preliminarmente, quanto à questão levantada acerca da litispendência, em consulta ao processo mencionado através do sítio virtual deste TJPE, ficou constatada a existência da ação de mesmo caráter em nome do Sr. Josué Raimundo da Silva. No entanto, o processo em tela foi extinto sem exame de mérito, com arrimo no art. 267, inciso II, do CPC, em face do pedido de desistência da causa realizado pelo ora agravante, conforme sentença prolatada pelo exmo. Juiz José Viana Ulisses Filho, encontrando-se, atualmente, arquivado definitivamente.

No mérito, o cerne da lide versa sobre integralização de proventos de inatividade, mais precisamente no que concerne à gratificação de risco de policiamento ostensivo.

A questão é de fácil deslinde, porquanto restrita à polêmica acerca da natureza da gratificação perseguida, se *propter laborem* ou não.

Cumprе notar que já é entendimento uníssono dos tribunais que, quando a gratificação for genérica, será extensível aos inativos e *a contrario sensu*, em se tratando de gratificação *propter laborem*, apenas terão direito ao benefício aqueles que exerceram a referida atividade.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GAB. DES. LUIZ CARLOS DE BARROS FIGUEIRÊDO

191

14

In casu, a pretensão do ora agravante é de que haja a equiparação entre os seus proventos de inatividade e os vencimentos dos policiais militares da ativa, com fundamento no art. 40, parágrafo 7º e 8º da Constituição Federal.

Segundo a jurisprudência consolidada deste Egrégio TJPE, não obstante a vedação expressa no art. 14 da Lei Complementar 59/04, quanto à incorporação de tal gratificação aos proventos ou pensões dos referidos militares, ela, indubitavelmente, detém verdadeiro caráter geral, haja vista consubstanciar, na prática, e de acordo com a interpretação do seu conteúdo na norma de regência, uma vantagem inerente a todo o efetivo da PMPE em decorrência do exercício de atividade fim da Corporação.

De fato, a gratificação em apreço é paga em decorrência do exercício de atribuições próprias do cargo, mediante prestação de serviço em condições normais, não estando sob a dependência de aspectos individuais ou circunstâncias peculiares às atribuições funcionais dos servidores que a percebem na ativa, o que se deflui da literalidade dos artigos da própria LC nº 59/04 que explicitam a estrutura da Polícia Militar do Estado de Pernambuco. Leia-se:

"Art. 1º A Polícia Militar e o Corpo de Bombeiros Militar serão estruturados, conforme as funções desempenhadas pelo militar estadual, nos seguintes grupos de atuação:

- I - Policiamento Ostensivo;***
- II - Defesa Civil;***
- III - Apoio Operacional;***
- IV - Apoio Administrativo; e***
- V - Assistencial e de Saúde.***

Art. 2º O serviço de Policiamento Ostensivo constitui atividade-fim da Polícia Militar e abrange as ações de segurança pública preventivas e repressivas, com vistas à preservação da ordem pública interna, compreendendo o policiamento de radiopatrulha, o policiamento de guarda dos estabelecimentos prisionais, das sedes dos Poderes Estaduais e dos estabelecimentos públicos, o policiamento de trânsito urbano e rodoviário, o policiamento de choque e demais modalidades previstas no artigo 24 da Lei nº 11.328, de 11 de Janeiro de 1996.

(...)

Art. 8º Fica criada a Gratificação de Risco de Policiamento Ostensivo, a ser concedida, exclusivamente, aos militares em serviço ativo na Polícia Militar que desenvolvam as atividades previstas no art. 2º desta Lei Complementar e que, cumulativamente, estejam



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GAB. DES. LUIZ CARLOS DE BARROS FIGUEIRÊDO

192

14

lotados nas Unidades Operacionais da Corporação (Batalhões e Companhias Independentes) e nos Órgãos de Direção Executiva (Comandos de Policiamento), mediante ato de designação específico, cumprindo escala permanente de policiamento ostensivo."

A conclusão no sentido de que as atividades de "Policiamento Ostensivo" são de caráter geral para os que integram a Polícia Militar do Estado de Pernambuco igualmente se extrai da literalidade dos artigos 4º, 5º e 6º da LC nº 59/04, que conceituam, respectivamente, os grupos de "Apoio Operacional", relativo às ações de suporte aos serviços dos grupos de "Policiamento Ostensivo" (da Polícia Militar) e "Defesa Civil" (do Corpo de Bombeiros Militar); "Apoio Administrativo", vinculado à gestão administrativa da PM e CBPM e, por fim, "Apoio Assistencial e de Saúde", respeitante aos serviços médicos, odontológicos, farmacêuticos, paramédicos, veterinários e os respectivos serviços auxiliares, estas sim qualificáveis como atividades-meio e pertinentes a grupos específicos. Vejamos:

Art. 3º As ações de Defesa Civil, visando à proteção das pessoas e do patrimônio público e particular, constituem atividade-fim do Corpo de Bombeiros Militar e compreendem os serviços operacionais de prevenção e extinção de incêndio, resgate, busca e salvamento, prevenção aquática e proteção ambiental, vistorias, perícias técnicas e atendimento emergencial pré-hospitalar.

Art. 4º Consideram-se atividades de Apoio Operacional as ações de suporte necessárias à consecução dos serviços operacionais de policiamento ostensivo e de defesa civil descritos nos arts. 2º e 3º desta Lei, exercidas no âmbito interno da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar, compreendendo as atividades de coordenação e planejamento vinculadas diretamente às atividades-fim das Corporações.

Art. 5º São atribuições de Apoio Administrativo as atividades relacionadas à atividade-meio das Corporações, compreendendo todas aquelas vinculadas à gestão administrativa, destinadas ao bom funcionamento da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar.

Art. 6º Consideram-se Atividades de Apoio Assistencial e de Saúde os serviços médicos, odontológicos, farmacêuticos, paramédicos, veterinários e os respectivos serviços auxiliares, bem como as ações de assistência social à tropa, de administração hospitalar e farmacêutica.

Nesse sentido, é farta a jurisprudência desta Corte de Justiça:



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GAB. DES. LUIZ CARLOS DE BARROS FIGUEIRÊDO

193

14

EMENTA: *Ementa EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. GRATIFICAÇÃO DE RISCO DE POLICIAMENTO OSTENSIVO. INEXISTÊNCIA DE OMISSÃO. PRETENSÃO DE REEXAME. PREQUESTIONAMENTO.*

1. A controvérsia dos autos diz respeito à percepção da integralidade de pensão com a gratificação de Risco de Policiamento Ostensivo, instituída pela Lei Estadual nº 59/04. 2. Observa-se que o pedido deduzido na ação originária tem por fundamento a regra constitucional da paridade remuneratória entre ativos, inativos e pensionistas (à luz do princípio *tempus regit actum*), regra esta considerada auto-aplicável pela jurisprudência pacífica do STF.

3. Assim, o reconhecimento do caráter geral da gratificação policiamento ostensivo é suficiente só por si (por força da auto-aplicabilidade da regra constitucional) para implicar no deferimento do pedido, independentemente de qualquer discussão a respeito da constitucionalidade, ou não, do dispositivo encartado no art. 14 da LCE nº 59/04, não sendo o caso de ofensa ao princípio da reserva de plenário (art. 97 da CF/88).

4. Por outro lado, a gratificação de risco de policiamento ostensivo, conforme explanado na decisão guerreada, foi criada pela Lei Estadual nº 59/04, em seu art. 8º, devendo ser concedida aos militares em serviço ativo na Polícia Militar que desenvolvessem as atividades previstas no art. 2º da mesma lei, cumulativamente lotados nas Unidades Operacionais da Corporação e nos Órgãos de Direção Executiva, mediante ato de designação específico, cumprindo escala permanente de policiamento ostensivo.

5. O teor dos dispositivos legais retro mencionados aponta no sentido de que a gratificação em testilha, por abranger os militares que atuam na própria atividade-fim da Corporação, tem, em essência,



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GAB. DES. LUIZ CARLOS DE BARROS FIGUEIRÊDO

194

14

caráter geral, a ensejar sua extensão aos inativos e pensionistas.

6. De fato, não obstante a vedação expressa no art. 14 da Lei Complementar 59/04, quanto à incorporação de tal gratificação "aos proventos ou pensões dos referidos militares", observa-se que a mesma constitui, em essência, vantagem de caráter geral, paga em decorrência do exercício de atribuições próprias do cargo, mediante prestação de serviço em condições normais, não sendo, ao reverso, condicionada nem a aspectos individuais nem a circunstâncias peculiares do trabalho dos servidores que a percebem na ativa.

7. Neste contexto, não há que se falar em violação ao princípio da legalidade, eis que é a própria Constituição Federal, em seu art. 40, §§ 7º e 8º, com redação anterior à EC nº 41/2003, que ampara o direito à paridade das pensões dos embargados.

8. Ademais, não se trata de aumento de remuneração de pensionistas de servidores públicos (conforme preceitua o art. 37, X, da CF/88), mas sim de atender a regra constitucional da paridade remuneratória entre ativos, inativos e pensionistas (à luz do princípio 'tempus regit actum'), regra esta considerada auto-aplicável pela jurisprudência pacífica do STF.

9. O acórdão embargado é claro e suficiente por seus próprios termos, havendo apreciado a matéria debatida e tendo o julgador decidido a questão em conformidade com a legislação que entendeu aplicável à matéria.

10. Inexistência, pois, das alegadas omissões, sendo certo que a via aclaratória não se presta ao reexame da causa.

11. Embargos declaratórios conhecidos, para fins de prequestionamento, porém improvidos."
(Embargos de Declaração Número do Acórdão 214554-6/01 Comarca Recife Número de Origem 2145546 Relator Francisco José dos Anjos Bandeira



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GAB. DES. LUIZ CARLOS DE BARROS FIGUEIRÊDO

14

de Mello 8ª Câmara Cível Data de Julgamento
23/9/2010 14:00:00 Publicação 181)

***EMENTA: RECURSO DE AGRAVO. INCORPORAÇÃO DA GRATIFICAÇÃO DE POLICIAMENTO EXTENSIVO AOS PROVENTOS DOS INATIVOS E PENSIONISTAS. GRATIFICAÇÃO DE CARÁTER GERAL. ART. 40, § 7º E 8º, DA CF/88. RECURSO IMPROVIDO. DECISÃO UNÂNIME.**

1- Como cediço, a Gratificação de Risco de Policiamento Ostensivo, nos termos do art. 8º da LCE nº 59/04, deve ser concedida aos militares em serviço ativo na Polícia Militar que desenvolvam as atividades previstas no art. 2º da mesma lei, cumulativamente lotados nas Unidades Operacionais da Corporação e nos Órgãos de Direção Executiva, mediante ato de designação específico, cumprindo escala permanente de policiamento ostensivo.

2- O conteúdo destes dispositivos legais induz que a gratificação em lume, por incluir os militares que atuam na própria atividade-fim da Corporação, tem, em essência, caráter geral, a ensejar sua extensão aos inativos e pensionistas.

3- Recurso de Agravo Improvido.

4- Decisão unânime. "(Agravo Número do Acórdão 206900-3/01 Comarca Recife Número de Origem 2069003 Relator José Ivo de Paula Guimarães 8ª Câmara Cível Data de Julgamento 16/9/2010 14:00:00 Publicação 176)

No mesmo sentido, foram exarados tantos outros julgados, a exemplo dos seguintes: AI 268.777-0, AI 267.509-8, AI 171.616-5, Ed 278.174-2/01 (Des. Erik de Souza Dantas Simões, da 1ª Câmara de Direito Público); AP 282.553-2, ED 270.767-5/01 e RA 282.433-5/01 (Des. José Ivo de Paula Guimarães, da 2ª Câmara de Direito Público); AP 281.326-1 (Des. Francisco Bandeira de Mello, da 2ª Câmara de Direito Público); AP 260.321-6 e AP 281.195-6 (Des. Jorge Américo Pereira de



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GAB. DES. LUIZ CARLOS DE BARROS FIGUEIRÊDO

196

14

Lira, da 1ª Câmara de Direito Público) e AR 284.414-8/01 e RA 283.109-8/02 (Des. Ricardo Paes Barreto).

Acrescento, ainda, que o Des. Antenor Cardoso Soares, após vários debates envolvendo a temática, refluíu no seu antigo posicionamento, e, agora, o entendimento da 3ª Câmara de Direito Público é unânime, entendendo que a Gratificação de Risco Por Policiamento Ostensivo tem caráter geral.

No que concerne à suposta afronta à cláusula de reserva de plenário, é certo que, malgrado o Supremo Tribunal Federal, nos autos do Recurso Extraordinário nº 678627, tenha anulado acórdão da 8ª Câmara Cível (atual 2ª Câmara de Direito Público) deste Tribunal, exarado nos autos da Apelação Civil nº 229.802-0, da Relatoria do Des. Francisco Bandeira de Mello, por entender que ele foi proferido em afronta à Súmula Vinculante nº 10 do STF, dando ensejo à arguição de inconstitucionalidade perante a Corte Especial deste TJPE, mantenho firme meu entendimento no sentido de rechaçar a alegação de quebra da citada cláusula, porquanto a garantia da gratificação em apreço decorre por si só do reconhecimento do seu caráter geral, em virtude da auto-aplicabilidade da regra constitucional, independentemente de qualquer discussão a respeito da constitucionalidade da lei que rege a matéria.

Destaque-se, ademais, que o próprio Supremo Tribunal Federal não é uníssono em reconhecer a existência de afronta à cláusula de reserva de plenário, porquanto, ao julgar agravos regimentais em recursos extraordinários sobre a matéria em tela, firmou entendimento em sentido diametralmente oposto. É o se infere dos julgados infratranscritos:

Ementa: AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO. CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. GRATIFICAÇÃO DE RISCO DE POLICIAMENTO OSTENSIVO. CARÁTER GERAL. EXTENSÃO AOS SERVIDORES INATIVOS E PENSIONISTAS. ANÁLISE DA NATUREZA JURÍDICA DA VERBA. IMPOSSIBILIDADE. LEGISLAÇÃO INFRACONSTITUCIONAL LOCAL. SÚMULA 280 DO STF. AUMENTO DE REMUNERAÇÃO. LEI ESPECÍFICA. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULAS 282



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GAB. DES. LUIZ CARLOS DE BARROS FIGUEIRÊDO

14

197

E 356 DO STF. OFENSA A CLÁUSULA DE RESERVA DE PLENÁRIO. INOCORRÊNCIA. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO. 1. A repercussão geral pressupõe recurso admissível sob o crivo dos demais requisitos constitucionais e processuais de admissibilidade (art. 323 do RISTF). Consectariamente, se o recurso é inadmissível por outro motivo, não há como se pretender seja reconhecida a repercussão geral das questões constitucionais discutidas no caso (art. 102, III, § 3º, da Constituição Federal). 2. O prequestionamento da questão constitucional é requisito indispensável à admissão do recurso extraordinário, sendo certo que eventual omissão no acórdão recorrido reclama embargos de declaração. 3. As Súmulas 282 e 356 do STF dispõem respectivamente: "É inadmissível o recurso extraordinário, quando não ventilada, na decisão recorrida, a questão federal suscitada" e "O ponto omissivo da decisão, sobre o qual não foram opostos embargos declaratórios, não pode ser objeto de recurso extraordinário, por faltar o requisito do prequestionamento". 4. Os benefícios ou vantagens de caráter geral, concedidos aos servidores da ativa, são extensíveis aos inativos e pensionistas, nos termos do artigo 40, § 8º, da CF (redação decorrente da EC n. 20/98). 5. A ofensa a direito local não viabiliza o apelo extremo (Súmula 280 do STF). 6. O princípio da reserva de plenário resta indene nas hipóteses em que não há declaração de inconstitucionalidade por órgão fracionário do Tribunal de origem, mas apenas a interpretação e a conclusão de que a lei invocada não é aplicável ao caso em apreço. Precedentes: ARE 676.661-AgR, Rel. Min. Cármen Lúcia, Primeira Turma, DJe de 15/05/2012; e RE 612.800-AgR, Rel. Min. Ayres Britto, Segunda Turma, DJe de 05/12/2011. 7. In casu, o acórdão originariamente recorrido assentou: "PROCESSUAL CIVIL. RECURSO DE



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GAB. DES. LUIZ CARLOS DE BARROS FIGUEIRÊDO

198_r

14

AGRAVO EM FACE DE DECISÃO TERMINATIVA PROFERIDA EM SEDE DE APELAÇÃO ART. 557, §1-A CPC. ALEGAÇÃO E DESRESPEITO À CLÁUSULA DE RESERVA DE PLENÁRIO INACOLHIDA. DECISÃO MANTIDA POR SEUS PRÍPRIOS FUNDAMENTOS. DECISÃO UNÂNIME. 1. Já é entendimento pacífico no STF que os inativos e pensionistas têm direito à paridade de vencimentos com os servidores da ativa, considerando auto-aplicável tal preceito constitucional. Desnecessário, assim, discutir-se acerca da constitucionalidade do artigo 14 da Lei Complementar 59/04, inexistindo ofensa à cláusula de reserva de plenário. 2. A Gratificação de Risco de Policiamento Ostensivo, criada pela Lei Estadual nº 59/04, é uma vantagem com caráter de generalidade, extensível a todos os policiais militares que desenvolvam as atividades previstas no art. 2º da referida lei, e que, cumulativamente, estejam lotados na Unidades Operacionais da Corporação (Batalhões e Companhias Independentes) e nos órgão de Direção Executiva (Comandos de Policiamento), mediante ato de designação específico, cumprindo escala permanente de policiamento ostensivo. Observa-se que as atividades previstas no art. 2º da lei em comento, abrangem as ações de segurança pública preventivas e repressivas, com vista à preservação da ordem pública interna, compreendendo o policiamento de radiopatrulha, o policiamento de guarda dos estabelecimentos prisionais, das sedes dos Poderes Estaduais e dos estabelecimentos públicos, o policiamento de trânsito urbano e rodoviário, o policiamento de choque e demais modalidades previstas no artigo 24 da Lei 11.328/96, compreendendo, a meu ver, todos os tipos de atividade policial, configurando o seu caráter de generalidade. Por isso, impõe a extensão aos inativos e aos policiais militares da ativa pela LC 59/04. 3. Recurso de agravo a que se nega



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GAB. DES. LUIZ CARLOS DE BARROS FIGUEIRÊDO

199.

14

provimento. 4. Decisão unânime." 8. Agravo regimental a que se nega provimento. (ARE 686995 AgR, Relator(a): Min. LUIZ FUX, Primeira Turma, julgado em 28/08/2012, ACÓRDÃO ELETRÔNICO DJe-180 DIVULG 12-09-2012 PUBLIC 13-09-2012)

EMENTA: AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO. PREVIDENCIÁRIO. GRATIFICAÇÃO DE RISCO DE POLICIAMENTO OSTENSIVO. 1) Vantagem de caráter geral: extensão aos inativos. Precedentes. 2) Natureza da gratificação. Impossibilidade de análise de legislação local. Súmula n. 280 do Supremo Tribunal Federal. 3) Ausência de contrariedade ao art. 97 da Constituição da República. 4) Agravo regimental ao qual se nega provimento. (ARE 676661 AgR, Relator(a): Min. CÁRMEN LÚCIA, Primeira Turma, julgado em 24/04/2012, ACÓRDÃO ELETRÔNICO DJe-095 DIVULG 15-05-2012 PUBLIC 16-05-2012)

Ante todo o exposto, VOTO PELO PROVIMENTO do agravo de instrumento nº 0322799-2, prejudicado o julgamento do Agravo Regimental.

Recife, 29 de maio de 2014.

Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo
Relator